

“A questão é que talvez os indivíduos não precisem de tratamento, mas a sociedade. E o tratamento da sociedade se chama revolução”. Martín-Baró

Nº 2 - Dezembro/2023



A 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL EM SAÚDE MENTAL VEM AÍ!

Foto: Acervo Monica Cruvinel.

Monica Cruvinel, militante antimanicomial e usuária da RAPS de Campinas-SP, faz uma precisa e importante análise conjuntural sobre a saúde mental no Brasil e convoca todos para a 5ª Conferência Nacional da Saúde Mental, a ser realizada entre os dias 11 e 14 de dezembro de 2023, em Brasília. Pág. 9.

FALA, USUÁRIA/O/E!

Nesta edição, Clayton Silva de Souza nos agracia com uma de suas poesias sobre renascimento. Pág. 8.

SEMANA UNIVERSITÁRIA 2023

Em 25 e 26 de setembro, a UnB sediou debates sobre os manicômios ainda existentes e foi palco para manifestações artísticas de usuários da RAPS no DF. Pág. 4.

MARCOS HISTÓRICOS

Confira alguns acontecimentos importantes no campo da saúde mental neste ano de 2023. Pág. 6.

DICAS DE LEITURA

Recomendamos uma monografia sobre arte e loucura, além de um livro que relaciona o marxismo também com a loucura. Pág. 14.



POR UMA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DE VERDADE NO DISTRITO FEDERAL!

Olá! Sejam bem-vindos/as/es ao segundo número do Boletim Eva Faleiros. O presente boletim é uma iniciativa do Grupo Saúde Mental e Militância no Distrito Federal (GSMM-DF), vinculado ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB). Nele, abordaremos a dinâmica do campo da saúde mental no DF, mais especificamente, o desenvolvimento da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica em nossa realidade local, mas sem deixar de considerar sua relação com o cenário nacional.

Começamos o número com um texto de Stella do Patrocínio, um dos principais nomes da luta contra a violência manicomial de nosso país, na seção sobre **arte e loucura** intitulada **Jacinta Passos**, outra mulher, escritora, poeta e de luta – dentre tantas outras coisas –, e que por ser tudo isso foi considerada louca, violentada, manicomializada. Com **Stella** temos uma amostra daquilo que Conceição Evaristo denominou de **escrevivência**, em que a “voz da loucura” grita, não se cala, denunciando o que, de fato, é normal e inaceitável. Ressaltamos o poema **O barco de minha vida**, de Clayton Silva de Souza, poeta do amor e da vida, usuário da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do DF e militante antimanicomial, que também compõe o presente número.

Posteriormente, vocês encontrarão relatos sobre as atividades do GSMM-DF dos dias 25 e 26 de setembro, durante a Semana Universitária (SemUni) da UnB. Elas agregaram importantes movimentos, pessoas e iniciativas do campo da saúde mental e das lutas contra os manicômios e outras formas de aprisionamento, violência e segregação no DF.

Seguimos percorrendo sobre alguns marcos históricos do campo da saúde mental, como a V Conferência Nacional de Saúde Mental (CNSM), a ser realizada depois de 13 anos, e os 20 anos do Programa de Volta para Casa (PVC), voltado para a desinstitucionalização na saúde mental, o que implica fechar os manicômios e implementar uma rede substitutiva, territorial-comunitária, mas também com serviços hospitalares (hospitais gerais, não os manicômios), com o cuidado em liberdade. Vinculado ao PVC, há os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs), voltados para pessoas violadas em manicômios, tendo suas relações sociais e autonomia de vida tolhidas. No caso do DF, há um edital aberto para implantação de SRTs, já que não temos nenhum em nossa realidade – algo inaceitável. Ainda sobre o inaceitável, aproveitamos este espaço para reforçar o coro de que a **desinstitucionalização no DF seja de verdade**, e não mera retórica, faz de conta. Pensar e implementar a desinstitucionalização no DF passa pela implantação de SRTs, mas não só; é prioritário que se estabeleça um **plano de fechamento** do Hospital São Vicente de Paulo (HVSP), manicômio público e ilegal, da Ala de Tratamento Psiquiátrico (ATP) e que o repasse de verba pública às Comunidades Terapêuticas seja interrompido. Tal plano implica o fortalecimento de serviços substitutivos já existentes, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os leitos e as enfermarias em hospitais gerais, as Unidades de Acolhimento e a criação destes e outros serviços igualmente substitutivos na RAPS do DF. Também significa realizar concurso público, melhorar as condições de trabalho, repensar composições de equipe, modelos de atenção, formação etc. O montante vultuoso de verba pública destinada ao HVSP, à ATP e às CTs, se revertido aos serviços substitutivos da RAPS contribuiria enormemente para isso. Por fim, para que a **desinstitucionalização no DF seja de verdade** ela deve ser feita democraticamente, com participação de profissionais, usuários, familiares da RAPS e militantes da Luta Antimanicomial.

Nessa esteira, caminhamos para o fim de nosso Boletim, com uma análise da conjuntura na saúde mental e um chamado à participação na V CNSM, feitos por Monica Cruvinel, usuária da RAPS de Campinas e militante de várias lutas, dentre elas, da Luta Antimanicomial pela Coletiva Livre Nacional de Mulheres Antimanicomiais. Ainda na junção de luta e protagonismo de usuários, fazemos a indicação da monografia Arte e (lou)cura: o transitar pelos caminhos da arte como forma de desconstrução da loucura e fabricação do artista (RJ, 2019-2021), de Fabiane Valmore, outra fundamental lutadora da saúde mental brasileira na 1ª e 2ª Conferências Livres Nacional de Usuários da RAPS. Mônica e Fabiana são delegadas na V CNSM.

Boa leitura!

Pedro Henrique Antunes da Costa
Professor de Psicologia na UnB
Coordenador do GSMM-DF

SESSÃO JACINTA PASSOS

EU JÁ FUI OPERADA VÁRIAS VEZES

Eu já fui operada várias vezes
Fiz várias operações
Sou toda operada
Operei o cérebro, principalmente

Eu pensei que ia acusar
Se eu tenho alguma coisa no cérebro
Não, acusou que eu tenho cérebro
Um aparelho que pensa bem pensado
Que pensa positivo
E que é ligado a outro que não pensa
Que não é capaz de pensar nada e nem trabalhar

Eles arrancaram o que está pensando
E o que está sem pensar
E foram examinar esse aparelho de pensar e não pensar
Ligados um ao outro na minha cabeça, no meu cérebro

Estudar fora da cabeça
Funcionar em cima da mesa
Eles estudando fora da minha cabeça
Eu já estou nesse ponto de estudo, de categoria



Stella do Patrocínio (1941-1992)

Mulher, abordada pela polícia enquanto andava na rua e presa em instituições psiquiátricas por ser “nega, preta e crioula”. Foi mantida internada por 30 anos até sua morte, quando foi sepultada como indigente, um procedimento padrão de instituições psiquiátricas públicas.

RETROSPECTIVA DA SEMUNI 2023



Foto: Sara Figueiredo.

Por João Victor Carneiro e Silvia Mendonça (Saúde Mental e Militância no DF).

O grupo Saúde Mental e Militância no DF, vinculado ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, realizou, nos dias 25 e 26 de setembro de 2023, durante a 23ª Semana Universitária da UnB (SemUni 2023), o evento “O que resta dos manicômios? Tudo, inclusive as instituições manicomiais!”. Durante os dois dias de atividades, buscou-se denunciar e debater a existência, no Distrito Federal e entorno, de hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas denunciados por serem instituições manicomiais, expressando a permanência e a sofisticação da lógica asilar-manicomial em nossa realidade.

No primeiro dia, ocorreram duas mesas de conversa. Durante a primeira delas, propusemo-nos a denunciar e debater o Hospital São Vicente de Paulo (HSVP) e as Comunidades Terapêuticas como negações da humanidade de seus usuários. Em um primeiro momento, Carolina Barreto Lemos, do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), Fernanda Periles e Lúcio Carvalho, integrantes do grupo Saúde Mental e Militância no DF, apresentaram um panorama geral e atual sobre a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no DF, sua história e contradições — inclusive quanto à incorporação de CTs em sua estrutura, desde 2011 —, até os graves problemas de falta de investimento, escassez de trabalhadores e consequente sobrecarga desse pessoal.

Também foram abordados o histórico das CTs no DF e como órgãos de financiamento público, como o Fundo Antidrogas do Distrito Federal (Funpad), vêm fortalecendo, institucionalmente, a manutenção do modelo asilar-manicomial em nosso contexto. Após inspeções do MNPCT em dispositivos da RAPS no DF, como o HSVP, denunciou-se a normalização de práticas de maus tratos e violação de direitos como serviços supostamente de saúde.

RETROSPECTIVA DA SEMUNI 2023



Foto: Fernanda Periles.

Em seguida, pudemos ouvir os emocionantes e potentes relatos de vida de quatro mulheres que tiveram, e seguem tendo, suas vidas atravessadas de maneiras diversas pela história do campo da saúde mental e suas contradições. A mesa foi composta pelas usuárias da RAPS/DF e militantes antimanicomiais Luciana Claudino e Samantha Larroyed; pela membra da Inverso, Therezinha Maria da Rocha; pela especialista em saúde mental infanto-juvenil e militante do coletivo Utopia Viva, Sara Figueiredo; e contou com mediação do integrante do grupo Saúde Mental e Militância no DF, João Victor Carneiro.

No segundo dia, com programação intitulada “Negando a negação da humanidade: exposição artística de usuários da Rede de Atenção Psicossocial do DF”, pudemos conhecer e vivenciar diversas criações artísticas feitas por e a partir de pessoas que de alguma forma tiveram suas trajetórias e reivindicações de vida emaranhadas na trama da saúde mental. As manifestações artísticas presenciadas neste dia exemplificam a capacidade de produção de vida que essas pessoas têm, inclusive, como contraponto e possibilidade de superação do manicômio a partir do cuidado em liberdade, de caráter territorial-comunitário.

Foi um dia especial e potente, em que o Anfiteatro 5 do Campus Darcy Ribeiro da UnB foi tomado pelos cantos e ritmos da banda Maluco Voador, formada por usuários do CAPS II Paranoá; por produções cinematográficas com registros históricos e bonitos da Luta Antimanicomial; por exposições fotográficas produzidas a partir do olhar atento daqueles que se apropriam de suas narrativas e poesias; por poemas dos denominados “loucos”; por gritos e danças, pela reivindicação coletiva do direito à vida e à saúde. Neste dia, deu-se voz à “loucura”, aquela que denuncia a anormalidade da normalidade, aquela que falhamos em escutar, até mesmo quando grita.

Por fim, contamos com as falas de Alessandra Rizzi, do CAPSi Sobradinho e organizadora do Encontro das Artes, e de Antonio Duarte, membro da Inverso, uma ONG que funciona como Centro de Convivência em saúde mental no DF. Agradecemos todas, todos e todes que estiveram presentes e ajudaram a construir esses dias de muito debate, troca e aprendizado. Que possamos seguir juntos na construção de uma sociedade sem manicômios!



Foto: Fernanda Periles.

IMPRESSÕES SOBRE A SEMUNI 2023

Algumas pessoas que ajudaram a construir o evento “O que resta dos manicômios? Tudo, inclusive as instituições manicomiais!” disseram o que este significou para eles. Confira:

"Eventos como esses são importantes para lembrar e informar as pessoas de que ainda temos manicômios funcionando perto de nossas casas. Barbacena também é aqui no DF". Fernanda Periles - Saúde Mental e Militância no DF.

"Falar com os jovens e estudantes sobre vivências doídas é acreditar que nos escutam e que serão profissionais comprometidos na luta por uma sociedade sem manicômios. Continuo desejando que as falas desse encontro ecoem em todos, questionando a manutenção das instituições manicomiais e repensando nossas práticas cotidianas. Que não se esqueçam das dores contadas e que não nos calemos sobre as constantes violências!". Sara Figueiredo - militante antimanicomial no Utopia Viva.

"Fiquei muito feliz em ter sido convidada a participar do evento da semana universitária na UnB. Acredito que é decisivo na formação dos estudantes trazer histórias reais para eles terem contato ao vivo. Os estudantes hoje são os profissionais de amanhã. Agindo desde a base mudamos o futuro de muitas pessoas que precisam!". Samantha Larroyed - usuária da RAPS/DF e militante antimanicomial.

"Conversar sobre o que vem sendo a luta antimanicomial e como ela vem sendo enxergada popularmente é de crucial importância para entendermos as contradições vividas entre nós e construí-las fora do estranhamento, reconhecendo o que temos e fazemos disso. O louco ainda existe, dentro e fora dos muros. Todos nós sabemos disso: de uma forma, ou de outra". Lúcio Carvalho - Saúde Mental e Militância no DF

"O evento permitiu que o Maluco voasse pelos espaços acadêmicos, abrindo as portas para a loucura ocupar a UnB". Filipe Braga - militante antimanicomial no Maluco Voador.

"Um evento de cunho libertário, que ofereceu a pessoas em formação um olhar crítico sobre a lógica de manicomial que atravessa tantas dimensões das nossas vidas. Uma pedagogia libertária é premissa básica para superar as grades visíveis e invisíveis que nos encarceram em uma racionalidade capitalista e liberal". Carolina Lemos - Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT)

MARCOS DA SAÚDE MENTAL EM 2023

Por Ana Maria Afonso e Laís Santos (Saúde Mental e Militância no DF).

Uma conquista deste ano é a realização da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental (de 11 a 14 de dezembro), depois de 13 anos, tendo a 4ª acontecido em 2010. Mas, a data de sua realização é criticada entre os usuários e membros dos conselhos de saúde, pois o plano orçamentário de 2024 do governo federal foi fechado no dia 31 de agosto. Com isso, as pautas e deliberações feitas na Conferência não estão incluídas e só entrarão no plano orçamentário de 2025.

Durante a Conferência, no dia 13 de dezembro, será realizado um ato organizado pelos delegados dos conselhos de saúde em contraste ao ato que está programado pela própria conferência, o qual conta com atores do governo e pautas deste. O ato dos delegados, junto a movimentos e coletivos integrantes da Luta Antimanicomial do DF, denunciará as condições asilares-manicomiais das Comunidades Terapêuticas.

Além disso, neste ano de 2023, o Programa de Volta para Casa completa 20 anos. Instituído pela Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003, ele é um importante marco para a desinstitucionalização no país. Embora o programa ainda seja pouco conhecido, busca-se assegurar direitos sociais básicos para a “reintegralização social” de pessoas que tiveram seus direitos violados por longos processos de institucionalização.

“Objetivo: o de Volta Para Casa pretende favorecer a ampliação da rede de relações fora da unidade hospital, estimulando o bem-estar global, o exercício pleno dos direitos civis, políticos e de cidadania dessas pessoas.” - Ministério da Saúde.

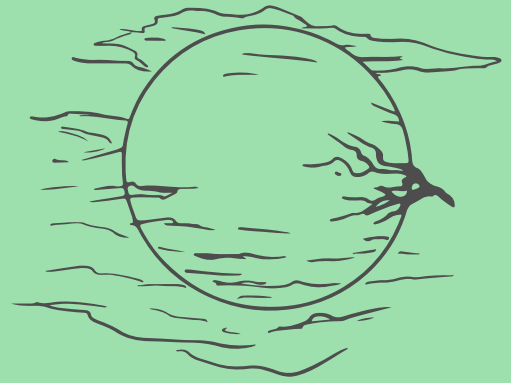
Outro marco de 2023 ocorreu no dia 11 de abril, quando foi aprovada pelo Conselho de Saúde do Distrito Federal (CSDF) a versão final da Programação Anual de Saúde 2023, por meio da Resolução CSDF nº 577. Destaca-se, nesta Programação, a implementação dos Serviços de Residência Terapêutica (**não os confunda com as comunidades terapêuticas, hein?**), o fomento ao matriciamento em saúde mental nas unidades da Atenção Primária à Saúde e a ampliação dos leitos de saúde mental nos hospitais gerais.

Os Serviços de Residência Terapêutica (SRT) são fundamentais no processo de inserção social (sic) e de promoção de qualidade de vida para pessoas em sofrimento psíquico que foram institucionalizadas. São casas que visam receber os egressos de serviços manicomiais que não possuem suporte social ou familiar, substituindo assim os leitos manicomiais. Até o momento, o DF não possui nenhum SRT, lacuna que acaba sendo ocupada por serviços manicomiais, como os de comunidades terapêuticas (também conhecidas como manicômios religiosos). Porém, atualmente, está aberto um edital de credenciamento que prevê a contratação de 100 vagas em residências terapêuticas em uma parceria público-privada. É latente a necessidade desse dispositivo de cuidado, de preferência gerido pelo governo do DF, junto do fechamento do Hospital São Vicente de Paulo, sendo tais processos constitutivos de uma política de desinstitucionalização no DF, essencial ao alcance dos objetivos da Reforma Psiquiátrica, do cuidado em liberdade, da promoção de autonomia e da superação da lógica manicomial.

FALA, USUÁRIA/O/E!

O BARCO DE MINHA VIDA

O barco de minha vida
Não afundou
O aicebergue ele achou
Ali bateu
Sofreu
Enlouqueceu
Embarcou na dor
Sentia-se sozinho
Não se encontrava
Na vida chorava
Mas não era de alegria
Chorava de noite
E de dia
Logo se entrestecia
Não entendia a doce
Melodia
O barco de minha vida
Se reconstruiu
Logo sorriu
Encontrou a luz
Saiu da solidão
Viveu o amor
A paixão
Renovou o coração
Removeu dali
a sua tristeza
E hoje contempla
A terra de imensa
Beleza



Clayton Silva de Souza

Poeta do amor e da vida

Usuário da RAPS/DF e militante antimanicomial

CONVOCAÇÃO PARA A 5ª CNSM

Salve, camaradas do DF!

Sou Monica, usuária da Rede de Atenção Psicossocial de Campinas/SP e militante da luta antimanicomial pela **Coletiva Nacional de Mulheres Antimanicomiais**.

Agradeço o convite e a oportunidade de diálogo e de reflexão neste espaço de luta tão valioso, sensível e relevante que é o **Boletim Eva Faleiros**. Essas oportunidades são, sem dúvida, momentos de redução de danos para nós que estamos nas pontas dos serviços da saúde mental e também um exercício de nos organizarmos coletivamente contra tantas opressões que sofremos na sociedade capitalista ultraliberal contemporânea.

Mesmo que a distância no tempo e no espaço constituam nossa prosa aqui, farei um exercício para que ela seja, de fato, dialógica. Início, portanto, lembrando que desde o início da colonização de nosso país, encontramos instituições asilares, muitas delas de caráter “filantrópico” e/ou religioso, que eram responsáveis por gerir a exclusão de pessoas consideradas desviantes, loucas, indesejadas, improdutivas. Em meados do século XX, com a transição do trabalho escravo para o trabalho da sociedade capitalista, com a mudança da sociedade rural para uma sociedade urbana, na qual se iniciava um processo de industrialização e também com a intensificação dos processos migratórios, há um acirramento do projeto higienista, racista, machista e classista de estigmatização e segregação de determinadas populações em vulnerabilização em nosso país, principalmente pessoas negras, indígenas, usuárias de álcool e outras substâncias, mulheres, mães solteiras, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas desempregadas, pessoas sem moradia e pessoas em sofrimento psicossocial.

Esta exclusão, patologização, institucionalização e mercantilização de pessoas consideradas desviantes, loucas e indesejadas marca a nossa história de país colonizado, inclusive durante a ditadura civil-empresarial-militar dos anos 60 aos anos 80 em nosso país, momento em que pessoas que se colocavam contra o regime ditatorial também eram presas e encerradas nos presídios e manicômios única e exclusivamente por se colocarem contra o sistema vigente.

Importante, portanto, rememorar as lutas da classe trabalhadora no Brasil pela Reforma Sanitária, pela Reforma Psiquiátrica Brasileira, pela desinstitucionalização das pessoas manicomializadas e pela implementação do Sistema Único de Saúde (SUS). Lutas essas que se deram no bojo das lutas pela redemocratização de nosso país, durante o período da ditadura civil-empresarial-militar, em um momento de efervescência da luta de classes no Brasil, na América Latina e no mundo.

A Reforma Sanitária e a Reforma Psiquiátrica Brasileira não foram conquistas isoladas, elas emergiram junto com as lutas pelos direitos trabalhistas e sindicais, por eleições diretas, pelo fim da censura, por uma nova Constituinte, pela anistia e por muitas outras lutas.

CONVOCAÇÃO PARA A 5ª CNSM

Desse modo, importante a gente não se esquecer que dentro de um sistema capitalista só é possível fazer reformas. E elas são, de modo geral, conciliadas e inconclusas. Isso não foi diferente com a Reforma Psiquiátrica Brasileira. Ela desinstitucionalizou milhares de pessoas que se encontravam em manicômios, espaços de segregação, tortura e morte, que nos remetem às senzalas, aos navios negreiros e aos campos de concentração. Ao mesmo tempo, ela implementou uma rede de serviços substitutivos ao manicômio de base comunitária e territorial, garantiu o cuidado humanizado, laico, público, no SUS, gratuito e em liberdade para muitas pessoas, em muitos territórios; adotou a Redução de Danos como uma ética do cuidado e um projeto político e abriu espaços de participação popular em conferências de saúde e saúde mental e no controle social.

Apesar dos avanços conquistados pela **Reforma Psiquiátrica Brasileira**, ela apresentou muitas lacunas e contradições que expressavam, naquele período, antagonismos nas correlações de forças na luta política. Além disso, a luta antimanicomial, de modo geral, foi alavancada nos territórios em que tivemos governos mais progressistas, com políticas públicas desses governos. Não podemos nos esquecer também que toda a luta daquele período, no campo da esquerda, centrava-se na luta de classes e não abordava outras tantas interseccionalidades de opressões, como as questões de raça e gênero, categorias importantíssimas para as análises históricas e tomadas de decisões para mudanças que atingissem os setores oprimidos decorrentes de um processo de colonização em um país como o Brasil.

Atualmente, vivemos um momento histórico de ascensão da ultradireita no Brasil e no mundo e, portanto, um momento de duros golpes contra a classe trabalhadora.

Não podemos nos esquecer que nós, pessoas usuárias da saúde mental, somos parte dessa classe trabalhadora – talvez, uma das partes mais expropriadas de direitos e de dignidade e, não por isso, menos lutadora. Se alguns de nós sobrevivemos ao manicômio, foi porque lutamos, resistimos e subvertemos, em alguma instância, a lógica capitalista, cujo manicômio é uma de suas expressões. E, se o capitalismo se destrói e se renova continuamente em suas expressões, o manicômio também se renova. Importantíssimo, por isso, atualizarmos nossas lutas nas atuais condições históricas, subjetivas e objetivas.

E nesta conjuntura fascista, em 2020, o Conselho Nacional de Saúde convoca a 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental (CNSM). O governo federal não sustenta o financiamento da mesma, o que gera um efeito cascata nos diversos estados e municípios. Estávamos sob golpe, em pandemia, desassistidos e sofriamos boicote de diversos governos, gestões e do próprio controle social, atualmente muito aparelhado pelos setores privatistas e reacionários. Muitos serviços de

CONVOCAÇÃO PARA A 5ª CNSM

saúde mental, muitas pessoas trabalhadoras, usuárias e familiares não recebiam as informações sobre a 5ª. CNSM. Além disso, muitos municípios não chamavam as etapas locais das conferências institucionais e outros tantos municípios realizavam as etapas locais em formato online, o que configurou mais uma dura exclusão aos segmentos de pessoas usuárias e familiares, porque muitos de nós, pessoas usuárias e familiares, não temos acesso às tecnologias de informação, não temos dispositivos de celulares ou computadores, não temos letramento digital suficiente para participar de reuniões virtuais e preencher formulários eletrônicos e, portanto, não conseguíamos participar das conferências institucionais.

Apesar de todas essas dificuldades, as lutas antimanicomial e antiproibicionista foram combativas e garantiram etapas locais institucionais da 5ª CNSM em muitos territórios e inventaram a possibilidade de fazermos conferências livres, que davam mais acessibilidade às pessoas usuárias, familiares e também aos trabalhadores que estavam sendo assediados em seus espaços de trabalho, garantindo a sua participação.

Mesmo com a derrota eleitoral da ultradireita no Brasil, **a luta contra o fascismo não acabou**. Neste governo de frente amplíssima, foi criado um Departamento de apoio às comunidades terapêuticas, e nos diversos estados e municípios estão pipocando Projetos de Lei para regulamentar o direcionamento dos recursos públicos para os novos manicômios que são as comunidades terapêuticas. Lugares fundamentados no trabalho, disciplina e religião, que recebem investimentos públicos, privados, do exterior, interligados com o avanço do neopentecostalismo no Brasil e na América Latina, com o crime organizado, com milícias e com forças repressivas do estado, além de setores políticos de relevância que defendem esses espaços de tortura e violações de direitos e lucram com a mercantilização de nossas vidas.

Assistimos, em diversos estados, os Fundos de Drogas investirem milhões em comunidades terapêuticas e a nossa Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) sem investimentos, sucateada e precarizada, sem condições de atender a população. Há casos extremos de higienismo em que pessoas em situações de rua são sequestradas, dopadas, agredidas e colocadas nestes novos manicômios. Não nos esqueçamos de Genivaldo, usuário da saúde mental, abordado violentamente pelas forças repressivas do estado e assassinado em uma espécie de câmara de gás, em um camburão policial. Casos também de estados e municípios que defendem a esterilização forçada de pessoas usuárias de substâncias, de modo geral pessoas negras. **O racismo grita!** Além disso, muitos governadores da ultradireita, por todo nosso país, anunciam o investimento e a ampliação do número de comunidades terapêuticas, como no passado, em colônias agrícolas, onde obviamente, imperará o trabalho análogo à escravidão.

Há relatórios de fiscalização do Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura, relatórios do Conselho Federal de Psicologia comprovando toda ordem de violação de direitos humanos nas comunidades terapêuticas: privação de liberdade, laborterapia, castigos, punição, esterilizações forçadas, cura gay, imposição de práticas religiosas, maus tratos e assassinatos. Temos inúmeros relatos de ex-internos destas instituições manicomiais denunciando essas diversas

CONVOCAÇÃO PARA A 5ª CNSM

violações e sofrendo ameaças de morte e, mais grave, temos a grande contradição de termos no governo atual de frente amplíssima, um ministério da saúde que se diz antimanicomial e antiproibicionista e um Departamento de apoio às Comunidades Terapêuticas, dentro do Ministério de Desenvolvimento Social, com pessoas de posições ideológicas da ultradireita. Portanto, há, institucionalmente, no governo federal, diversas contradições e antagonismos que revelam as diversas conciliações feitas ao nosso campo antimanicomial.

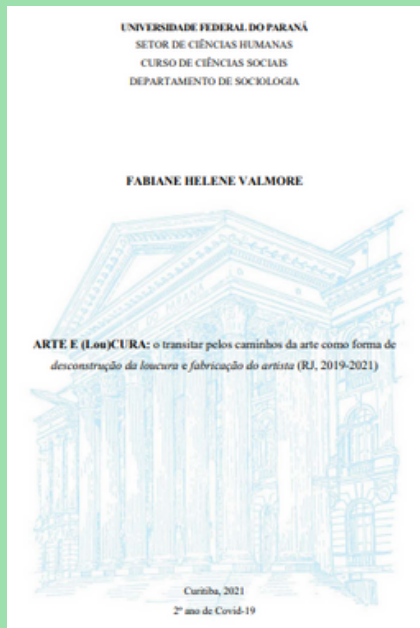
Dessa forma, é urgente pesarmos e nos organizarmos em um projeto político e coletivo para redução de danos sociais. Pensar em formas viáveis para garantir moradia, terra, segurança alimentar, trabalho digno, assistência social, cuidado em serviços substitutivos ao manicômio de base comunitária e territorial, reivindicarmos o fortalecimento dos Consultórios de Rua, dos CAPS, das Unidades de Acolhimento, dos Centros de Convivência e Cooperativa (CECCOS). Precisamos pensar em formas de uma aproximação efetiva entre a Universidade e as pessoas que estão nas pontas dos serviços e promover formação política a pessoas usuárias, familiares e trabalhadoras que estão esquecidas pelo Estado e pela esquerda. Trabalhar a teoria e a prática em um processo dialético e dialógico, fazer trabalho de base com os movimentos sociais, reconhecer pessoas usuárias como pessoas que não precisam ser tuteladas e sabem lutar e reivindicar seus direitos.

Termino convocando todas as pessoas do nosso campo antimanicomial e proibicionista para estarem presentes na **5ª Conferência Nacional de Saúde Mental**, que se realizará em Brasília, de 11 a 14 de dezembro de 2023. Inclusive, teremos um ato contra as CTs durante a Conferência, no dia 13 (quinta-feira), a partir das 08h, tendo a Catedral de Brasília como ponto de encontro. Mesmo as pessoas que não saíram delegadas podem participar das atividades autogestionadas e podemos conjuntamente nos apropriar deste espaço político para travar nossas lutas em defesa de SUS laico, gratuito, público, no território e, acima de tudo, a luta pelo cuidado em liberdade. Movimento social não é governo e cabe a nós tensionarmos o governo, considerando a conjuntura complexa, de termos como oposição o fascismo e nos diferenciarmos dele. Lutar pela governabilidade do governo atual, compor o controle social, combater as privatizações e terceirizações e ressignificar a Luta Antimanicomial, que deve ser, radicalmente, uma luta anticapitalista, feminista, antirracista, antiproibicionista, antiLGBTQIAPN+fóbica, abolicionista penal. Precisamos ocupar o chão! Ocupar as ruas! A mobilização e a luta constituem a redução de danos mais urgente para fecharmos os manicômios contemporâneos e cuidarmos das pessoas em situação de vulnerabilização. Essa redução de danos sociais pode promover germinações transformadoras e nos abrir caminhos revolucionários no porvir.

Precisamos ocupar o chão! Ocupar as ruas!

Monica Vasconcellos Cruvinel
Usuária da RAPS de Campinas, militante da
Luta Antimanicomial pela Coletiva Livre
Nacional de Mulheres Antimanicomiais e pela
Resistência-PSOL/Campinas

VAI UMA INDICAÇÃO AÍ?



ARTE E (LOU)CURA: O TRANSITAR PELOS CAMINHOS DA ARTE COMO FORMA DE DESCONSTRUÇÃO DA LOUCURA E FABRICAÇÃO DO ARTISTA (RJ, 2019-2021)

Recomendamos a monografia da Fabiane Helene Valmore, bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná, sobre o artista em tratamento de saúde mental e sua relação com a sociedade.

Baixe a monografia em:

<http://www.humanas.ufpr.br/deciso/monografias/TCC-FINAL-FABIANE-VALMORE.pdf>

RESUMO DA OBRA

“Esta pesquisa autoetnográfica foi idealizada algum tempo depois da busca feita pela própria pesquisadora, em sofrimento psíquico, por terapias alternativas à psiquiatria tradicional no Museu de Imagens do Inconsciente, no interior do Instituto Municipal Nise da Silveira - sem que se soubesse basicamente nada sobre aquilo que é comumente considerado loucura. Mais precisamente, depois de uma primeira visita ao Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea, localizado na antiga Colônia Juliano Moreira. Ambos, antigos hospícios localizados na cidade do Rio de Janeiro. Crítica, diante de uma suposta romantização da loucura e, interessada no como pode insurgir da loucura, o artista, nasceu e foi construída essa pesquisa – que se desdobrou desde aí, em diversas outras questões: o que pode levar uma pessoa a viver a experiência da loucura e quando tornada artista, no interior de espaços públicos terapêuticos que valorizam a arte e a cultura no tratamento e cuidado da saúde mental antimanicomial, quais os limites, alcances e desafios dessa nova condição intersubjetivamente reconhecida – a de artista – na relação da loucura com a sociedade? (...) Quando de dentro da loucura surge o artista que quer viver da arte, como o político profissional que vive da política, como tornar esse desejo uma realidade possível e socialmente compartilhada, dada a presença de realidades outras, psíquicas e tão radicalmente singulares presentes na experiência da loucura, mas, também, de uma realidade social desigual, preconceituosa e injusta que a impõe?”

VAI UMA INDICAÇÃO AÍ?

O MARXISMO E A LOUCURA

Neste livro organizado pelo coordenador do Saúde Mental e Militância no DF, Pedro Henrique Antunes da Costa, busca-se discutir as contribuições de Marx e do marxismo para a análise da loucura, sua produção e sua expressão. É composto por textos de: Karl Marx, Dassayeve Távora Lima, Pedro Henrique Antunes da Costa, Bruno Bianchi, Howard Parsons, Franco Basaglia e David Cooper.

Você pode adquirir o seu exemplar em:
<https://lavrapalavra.com/produto/o-marxismo-e-a-loucura/>



CONHEÇA O SITE DO SAÚDE MENTAL E MILITÂNCIA NO DF!



No final de novembro, lançamos o nosso site e, nele, mostramos um pouco do que já foi produzido pelo grupo. Além disso, disponibilizamos um mapa interativo contendo alguns coletivos ligados à área da saúde mental que estão espalhados pelo Brasil.

Visite-nos!

www.saudementaldf.com



Boletim EVA FALEIROS

Coordenação

Pedro Costa

Edição

*Pedro Costa
Fernanda Periles*

Diagramação

Fernanda Periles

Fotografia

*Fernanda Periles
Monica Cruvinel
Sara Figueiredo*

Redação

*Ana Maria Afonso
João Victor Carneiro
Lais Santos
Monica Cruvinel
Pedro Costa
Silvia Mendonça*

Organizado pelo grupo vinculado
ao Instituto de Psicologia (UnB):



**SAÚDE MENTAL E
MILITÂNCIA NO DF**

Conheça mais o nosso trabalho:



@SAUDEMENTAL.DF



WWW.SAUDEMENTALDF.COM

